DECISÃO SINGULAR DSG - G.ODJ - 10558/2021

PROCESSO TC/MS	: TC/13750/2019
PROTOCOLO	: 2013163
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURADOS
ASSUNTO	: PEDIDO DE REVISÃO
REQUERENTE	: MURILO ZAUITH
DELIBERAÇÃO RESCINDENDA	: DECISÃO SINGULAR DSG-G.JRPC-2721/2016
RELATOR	: CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO

PEDIDO DE REVISÃO. MULTA POR INTEMPESTIVIDADE. REDUÇÃO CONCEDIDA PELA LEI ESTADUAL N. 5.454/2019. QUITAÇÃO. PERDA DO OBJETO PROCESSUAL. EXTINÇÃO. ARQUIVAMENTO.

DO RELATÓRIO

Trata-se do Pedido de Revisão interposto pelo Sr. Murilo Zauith, ex-prefeito do Município de Dourados, em face do Acórdão AC00-2811/2018, proferido no Processo TC/00380/2014/001, que negou provimento ao Recurso Ordinário, mantendo na íntegra a Decisão Singular DSG-G.JRPC-2721/2016 (Processo TC/00380/2014) que o apenou com multa regimental, no valor correspondente a 30 (trinta) UFERMS, em razão da intempestividade na remessa de documentos a este Tribunal.

O presente pedido foi recebido pela Presidência desta Corte de Contas, por meio do Despacho DSP-GAB.PRES.-17/2020 (peça 2) nos termos do art. 73 da Lei Complementar Estadual (LCE) n. 160/2012.

Posteriormente ao pedido de revisão, o requerente recolheu a sanção pecuniária que lhe foi imposta na Decisão Singular DSG-G.JRPC-2721/2016, com redução, em razão da adesão ao desconto concedido por meio da Lei Estadual n. 5.454/2019 (Refis).

Instado a se manifestar nos autos, o Ministério Público de Contas, por meio do Parecer PAR-3ªPRC-7845/2021 (peça 11), opinou pelo arquivamento do presente processo.

DA DECISÃO

Em consulta aos autos originários (TC/00380/2014), verifica-se que a multa aplicada ao Sr. Murilo Zauith, ex-prefeito do Município de Dourados, por meio da Decisão Singular DSG-G.JRPC-2721/2016 e mantida pela Deliberação AC00-2811/2018, objeto de revisão neste processo, foi devidamente quitada, em decorrência de adesão ao Refis, consoante Certidão de Quitação de Dívida Ativa (peça 26 - TC/00380/2014).

Assim, em razão da perda do objeto processual para julgamento, acolho o parecer da Procuradoria de Contas e, com fulcro no art. 11, V, “a”, do Regimento Interno deste Tribunal de Contas (RITC/MS), aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98/2018, c/c o art. 6º, §§ 1º e 2º, da Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13/2020, **DECIDO** pela **extinção**, **sem julgamento de mérito**, e posterior **arquivamento** deste feito.

À Gerência de Controle Institucional para cumprimento.

Campo Grande/MS, 15 de outubro de 2021.

CONS. OSMAR DOMINGUES JERONYMO
Relator

rcc